

Estado perde na Justiça e tarifas de pedágios sobem à meia-noite

Página A-6

Justiça gaúcha anula redução de preço de pedágio

Concessionárias, que haviam sido obrigadas a baixar de 20% a 28% as tarifas em abril, voltarão a cobrar preço antigo

As empresas alegaram impossibilidade de cumprimento do contrato e o retorno ao preço anterior. O julgamento do caso cabe ao lado em dezoito dias.

Paulo Ojama, assessor jurídico da Associação Gaúcha de Concessionárias de Rodovias (AGCR), afirmou que as empresas mantiveram em 1998 o mesmo preço cobrado em 1997.



Tribunal proíbe governo de reduzir tarifas de pedágio nos pólos de Caxias, Lajeado e Metropolitano.

ZERO HORA

36 - Nº 12.410 - 2ª EDIÇÃO PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1999 R\$ 1,00

Hoje
DICIÃO
MICHAEL

Espanhol-Português
Português-Espanhol

Justiça cancela a redução dos pedágios

Jornal do Comércio - Porto Alegre

Três pólos de pedágio voltam às tarifas de abril

GERAL

Justiça derruba redução de tarifa

AGCR teve prejuízos e vai entrar com um pedido de indenização

amanhã, os pólos rodoviários da Região Metropolitana de Caxias do Sul e de Lajeado voltarão a cobrar as mesmas tarifas de pedágio de abril. A decisão especial do Tribunal de Justiça do Estado foi favorável a ação impetrada pelas concessionárias de rodovias contra a redução determinada pelo governo do Estado no dia 13 de abril. O procurador-geral do Estado, Paulo Torelly, disse que o governo deverá recorrer no Supremo Tribunal Federal (STF) no Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Página 6**

GAZETA MERCANTIL

Porto Alegre, 10 de agosto de 1999 Rio Grande do Sul Terça-feira, Ano III, Número 510

Sinal de reação

Atividade industrial de Caxias do Sul cresce 6,49% em julho, em relação a junho, depois de um recuo de 6,02% no primeiro semestre

Página 4

Espaço novo

Oitava edição consolida a Casa Cor RS como instrumento de marketing para empresas que estão lançando novos produtos

Página 5

Secretaria da Fazenda denunciou este ano 2 crimes de sonegação, total de R\$ 163 milhões

Página 3

GERAL

TERÇA-FEIRA, 10 de agosto de 1999 - 7

Estado recorre para reduzir tarifas

Governo vai ao STJ e ao STF contra restabelecimento do preço do pedágio. AGCR pode pedir aumento

O governo do Estado moverá duas ações contestando a decisão do Tribunal de Justiça que concedeu o aumento das concessionárias de rodovias o direito de cobrar pedágios mais altos.

Como Torelly, o secretário dos Transportes, Bento Albuquerque, entende que o julgamento não prejudicou o conteúdo apurado pela Cage. "O apego

prejuízos pelos quase três meses de tarifas rebaixas nos pólos Metropolitano, de Caxias do Sul e de Lajeado. "Não temos nem estudos sobre os

PEDÁGIOS/ Por 20 a dois, o TRE decidiu que o governo do Estado não podia reduzir as tarifas

Estado perde e quer recorrer Tribunal decide por tarifas mais altas

Os desembargadores do órgão especial votaram pela revogação da redução dos pedágios definida pelo governo

Elder Ogilvi
Especial

A partir da zero hora desta quarta-feira, as concessionárias do Grupo Univas, operadoras dos pólos rodoviários de Caxias do Sul, Lajeado e Metropolitano, voltarão a cobrar R\$ 3,00 por veículo de passeio, de R\$ 4,50 a R\$ 15,00 por caminhão, e R\$ 4,50 e R\$ 6,00 para carros de passeio com reboque de três e quatro eixos. Depois de quase quatro meses de tarifas reduzidas em 20% (automóveis) e 28% (caminhões), as empresas estão autorizadas a voltar aos valores anteriores por decisão do Tribunal de Justiça do Estado, que, ontem, concedeu o mandato de segurança solicitado pelo Conselho Univas.

Após a decisão da Justiça, governo e concessionárias anunciaram intenções diferentes. O procurador-geral do Estado, Paulo Torelly, disse

que o Estado estuda recurso com efeito suspensivo ao Superior Tribunal Federal logo que o acórdão for publicado. Justificou o ato unilateral de abril como necessário para resguardar o interesse do consumidor. Outras medidas, como a via judicial

Última reunião com a Ecosul

A Secretaria dos Transportes discute hoje com a Ecosul, concessionária do Pólo Rodoviário de Pelotas, as alternativas para a retomada das obras, suspensas desde dezembro. O secretário Bento Albuquerque diz que é a última reunião. Ou será celebrado o acordo ou o contrato será rompido. A Ecosul deve apresentar um plano de recuperação, até janeiro, dos trechos de Pelotas a Camaquã e de Pelotas a Rio Grande. Autorizada a cobrança dos pedágios nestas praças, a empresa passará às obras posteriores, entre Pelotas e Jaguarão, Pelotas e Bagé e Pelotas e Santana da Boa Vista, para ativar-las, com cobrança de pedágio, até o ano 2002.

de primeiro grau, poderiam ser mortas e retardariam a redução das tarifas, que o Estado considera urgente na defesa da comunidade.

O assessor jurídico da Associação Gaúcha de Concessionárias de Rodovias (AGCR), Paulo Ojama de Macedo Silva, lembrou que as empresas vão buscar na Justiça as indenizações pelos danos emergentes e pelos lucros cessantes. "Mas isso não é uma preocupação imediata", admitiu, reconhecendo que não há, ainda, um cálculo do que as concessionárias teriam perdido no período de tarifa reduzida.

Se considerado um fluxo diário de 50 mil veículos nos três pólos, dando crédito por frotas do setor, e calculado o volume como sendo somente de automóveis, o faturamento mensal seria de R\$ 3,6 milhões, pelo valor reduzido de R\$ 2,40. Se considerada a tarifa de R\$ 3,00 esta projeção varia para R\$ 4,5 milhões. O prejuízo de R\$ 900 mil multiplicado por quatro meses sobria para R\$ 3,6 milhões e poderia, em um levantamento conservador, ser o ponto de partida do pedido de indenização. Mas o valor tende a ser elevado pela inclusão de caminhões e até pela provável ten-

lativa de ressarcimento de juros a bancos comerciais, em concessionárias não conseguiram empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), trancados de demanda judicial. A Univas por assinar contrato com o governo as tarifas foram mais altas agora terá que recompor o pedágio quando o for possível.

"O custo Brasil foi aumentado e o secretário dos Transportes, Bento Albuquerque, ao conhecimento da decisão do Tribunal de Justiça se nega a falar em negociações com as concessionárias. Não houve um processo e é o início do ano. "Se eles quiserem discutir este assunto, devem ir aos tribunais", advertiu.

Continua na p

MUDANÇA NAS TARIFAS

Os valores resultam da multiplicação do aumento do pedágio (20% para automóveis e 28% para caminhões) pelo valor atual das tarifas.

Legenda:
● Município
□ Preço de pedágio
○ Também de cobrança
● Município sede do pólo

Tipo de veículo	Nº de eixos	Tarifa atual	Tarifa retomada por decisão do TJ
Passeio	2	R\$ 3,00	R\$ 3,00
Passeio com reboque	3 e 4	R\$ 4,50	R\$ 6,00